**SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: CONFIGURANDO OS CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO E CULTURA INFANTIL**

*Giovana Alonso[[1]](#footnote-1)*

*Marcos Antonio Gonçalves dos Santos[[2]](#footnote-2)*

*Andrea Braga Moruzzi*[[3]](#footnote-3)

Trabalho financiado por CAPES

 **EIXO TEMÁTICO:** IX – Participação das crianças em pesquisas e na gestão institucional

 **RESUMO**

Esse texto é de cunho teórico e bibliográfico. Procuramos entender o movimento pelo qual ocorreu a mudança do conceito de socialização para o de sociabilidade, além de identificar as polissemias do conceito de cultura infantil. As reflexões apresentadas indicam que a inflexão do conceito de socialização para o de sociabilidade ocorre com o estabelecimento do campo da Sociologia da Infância e que o conceito de cultura infantil é, instável e reconfigurado. O objetivo deste trabalho é caracterizar e configurar um campo teórico com base em conceitos que lhe são inerentes.

**Palavras-Chave:** Sociologia da Infância; Cultura Infantil; Socialização; Sociabilidade.

**INTRODUÇÃO**

A Sociologia da Infância (SI) no Brasil é um campo novo e em construção (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010) e as teorias produzidas em seu interior caminharam tangencialmente com a construção do campo teórico-prático da Educação Infantil (EI). Os conceitos de criança e a infância são construções históricas e sociais. A tese de Philippe Ariès (1981) é referência para a compreensão de que um tipo de sentimento em relação à infância surge na modernidade e configura a diferenciação entre crianças e adultos em relação aos seus hábitos, costumes, vestimentas, vocabulário e espaços de educação e proteção. Novas configurações familiares e os espaços educativos vão sendo construídos para cuidar dessa criança, que ora é paparicada, ora é envolta a um sentimento de exasperação.

A SI trabalha com o conceito de infância no plural, portanto, infâncias, compreendendo que as configurações e as características dessa construção são atravessadas por dinâmicas de classe, de raça, de faixa etária, de gênero, de religião, de territorialidade etc. Pensar em Infâncias dentro deste campo teórico é perceber que há uma multiplicidade de eventos, atividades, configurações e culturas sendo apreendidas e reproduzidas pelas crianças em seus grupos, nas suas interações e necessariamente nos seus processos de socialização - com outras crianças e também com adultos.

As crianças são compreendidas dentro do campo da SI como seres já providos de potencialidade, criação e ação social. As crianças possuem agência, ao passo que se identificam e se relacionam socialmente (ABRAMOWICZ, 2018; MARCHI, 2005). Investigar o aspecto *agencial* das crianças é considerá-las portadoras de potencial criativo, compreendendo que apesar das imposições dos adultos, há transgressão, reação e negociação de suas partes nos espaços e tempos em que se inserem. A SI reconfigurou as interpretações sobre os processos de socialização infantil e garantiu que as crianças fossem conhecidas e reconhecidas como atores e produtores em suas experiências e culturas (FARIA; FINCO, 2011).

 Temos como proposta entender a virada conceitual do conceito de socialização para o conceito de sociabilidade e as condições de emergência desta virada dentro do campo da SI. Esse campo que se constituiu desde o início com uma forte crítica ao conceito de socialização em seu sentido clássico, vem ampliando o debate sobre os processos de socialização.

Relacionado ao conceito de sociabilidade, sobre o conceito de cultura infantil, promove-se o debate sobre sua polissemia dentro do campo da SI e da EI. “A cultura infantil é resultado das relações sociais e dos processos de socialização exercidos e vivenciados entre as crianças” (ABRAMOWICZ, 2015, p. 18). Fernandes (2004) compreende a *“cultura infantil”* e os processos socializadores que dela se desdobram como uma aquisição das funções sociais por parte das crianças, não se tratando de imitação sobre aquilo que observam nos adultos, mas de uma apropriação da cultura de que fazem parte.

Em geral, estas investigações buscam compreender conceitos que são caros para a SI, mas que também estão inseridos nas temáticas e investigações da do campo da EI, tanto em seus referenciais teóricos, quanto em suas demandas de atividades práticas nas instituições de EI. Dessa forma, é necessário elucidar em que ponto estes conceitos respondem

**CONCEITOS EM DIÁLOGO**

A relação entre indivíduo e sociedade sempre esteve no centro de discussão no campo da sociologia. Vários autores escreveram sobre como deveria ser essa relação, ora privilegiando a sociedade, ora o indivíduo; dentre eles, seguramente, Durkheim (1858-1917) foi o que mais se destacou. Sua obra é amplamente citada e ainda utilizada nas pesquisas acadêmicas. Outro aspecto notório desse autor é seu interesse pelas questões da pedagogia e o modo como deveríamos educar a nova geração.

Estudos recentes (SETTON, 2011) indicaram que há uma interdependência das instâncias de socialização e o indivíduo, sendo dividida entre a dimensão do indivíduo e da instituição nos processos socializadores que culminam no indivíduo socializado. De acordo com Setton (2011), o conceito de fato social total de Marcel Mauss e o conceito de Hibridismo de Néstor García Canclini ajudariam a entender o processo de socialização e o modo pelo qual esse processo constituiria um habitus, no sentido de Pierre Bourdieu. Para a autora, haveria, na cultura contemporânea, novas formas de socialização, pois existiriam novas configurações da própria sociedade (SETTON, 2011). Segundo Setton (2011) as instâncias socializadoras são: a família (camadas populares), a escola (cultura letrada) e a mídia (cultura de massa), com muitas matrizes de cultura – cultura escolar em confronto ou em convergência com a da família.

Em “As regras do método sociológico”, Durkheim (1987) abriu um campo que ficou marcado pela oposição entre sociedade e indivíduo. A sociologia representada por Émile Durkheim, Talcott Parsons e, de certa forma, Norbert Elias, definiria o ator individual pela interiorização do social (SETTON, 2011), ainda que “a ação dos indivíduos não pode ser unicamente definida em termos de hierarquias, status, sistema de ordem e de posição” (SETTON, 2011, p. 717). Dubet (1996), citado por Setton (2011), questionou o modelo anterior, de modo a propor uma Sociologia da Experiência - definida pela combinação de várias lógicas de ação. Dubet identificou a participação dos indivíduos na busca de uma coerência em suas práticas. Questionou o paradigma clássico da noção de socialização e ofereceu a categoria experiência como capaz de explicitar o empenho de articular a força das estruturas sociais na composição da ação individual (SETTON, 2011). Além de repensar o conceito de socialização, como já mencionado, outros autores, no entanto, propuseram mudanças de nomenclatura que enfatizassem a não-passividade infantil em tais processos.

Segundo Prado (2006), “para Simmel (1983), a sociabilidade e a cultura possuem uma relação simbiótica, pois ambas se fundem em cada forma de interação e de comunicação social. É o que acontece nas relações que as crianças estabelecem nas brincadeiras” (PRADO, 2006, p. 42). Ainda segundo a autora, “a sociabilidade não é dada pela natureza, ela é um produto da cultura, uma elaboração individual e coletiva dos comportamentos e atitudes, uma mediação entre a expressão e o pertencimento” (PRADO, 2006, p. 42). Para ela, a criança tem a capacidade de causar transformações na cultura estabelecida, o que configura seu papel ativo nas formas de sociabilidade (PRADO, 2006). É neste ponto que o conceito de socialização dialoga com o de cultura infantil em Florestan Fernandes.

 Florestan Fernandes, ao investigar o folclore na cidade de São Paulo nos anos de 1940 investe nos grupos de crianças do bairro do Bom Retiro e percebe neles muitos dos elementos dos grupos adultos e da própria configuração social da cidade que é seu objeto. Ao se inserir nestes grupos, os quais o sociólogo denomina como *trocinhas*, verifica uma dinâmica de socialização muito particular das crianças atravessadas por relações de raça, gênero, religião, etnias e classe social. A esta forma particular de socialização das crianças Fernandes (2004) denomina “cultura infantil”. Cultura infantil é, para Fernandes (2004), uma categoria de análise sociológica (ABRAMOWICZ, 2015).

Florestan Florestan toma os fatos folclóricos como fatores de associação, direcionando sua análise para o grupo infantil, reconhecendo-o como grupo de iniciação pela via da cultura, tomando a *“cultura infantil”* e o folclore como categorias de análise. Afirma-se, com base nos estudos de Abramowicz (2015), que o trabalho de Florestan Fernandes abre o campo para a constituição da SI no Brasil ao realizar uma espécie de sociologia “pura”, subsidiando sua construção a partir da década de 1990.

O conceito de *“cultura infantil”* foi amplamente absorvido no interior dos Estudos da Infância e a relação sincrônica da constituição deste campo com a própria emergência da EI possibilitou que o conceito tivesse também adesão nesta área. Vê-se, por exemplo, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI (BRASIL, 2010) não utiliza o conceito *“cultura infantil”*, entretanto, apresenta o termo cultura, de forma ampla, para designar o arcabouço social do qual a criança deve apropriar-se. A criança é compreendida como sujeito da EI que por meio das interações, relações e práticas da vida cotidiana constroem sua identidade e produzem cultura (BRASIL, 2010, p. 12). A partir desta verificação e imersão em demais textos que constituem o campo da EI, observa-se que, embora bastante positiva a adesão do conceito *“cultura infantil”* neste campo, o conceito propriamente dito *“cultura infantil”*, tal como cunhado por Florestan Fernandes, vem se aderindo a novas abordagens e perspectivas, de modo a ocorrer uma certa polissemia no debate que venha a ser *“cultura infantil”*. A *“cultura infantil”* como categoria analítica sociológica, em certa medida, parece estar perdendo espaço no campo da educação para uma dimensão mais individualizada e até psicologizante, que toma a ideia de cultura como uma produção individualista da criança, que a analisa com base nos conceitos como o de “desenvolvimento do cognitivo infantil”.

É na tentativa de configurar o campo da SI que este trabalho se inscreve. Tem-se reconhecido que os temas, as abordagens teóricas e os conceitos presentes neste campo tem transitado por outros campos teóricos, tais como a Educação e a EI, fazendo-se necessário retomá-los, buscando compreender suas orientações, suas epistemologias e as modificações que foram sendo permitidas com base em seus usos.

**Algumas considerações**

Os conceitos aqui apresentados não se inserem somente nos debates teóricos da SI e da EI, mas se inscrevem e caracterizam inclusive as demandas e as configurações das práticas pedagógicas e das relações institucionais de educação da infância. A compreensão destes conceitos não só orienta ações pedagógicas, mas direciona novos olhares sobre a própria pedagogia e formação de professores, no sentido de que elucida conceitos que estão intrinsecamente presentes nas relações estabelecidas pelas crianças em seus grupos, concebendo o contexto de EI como espaço de sociabilidades e de troca entre pares.

Há que se perceber que há uma normatização da infância que prescreve o que é ser criança (ABRAMOWICZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009), na qual o foco é o adulto e a prescrição do que falar, do que sentir e de como agir é o centro. Assim, mais do que consolidar um campo teórico, o objetivo fomentado neste momento é promover outros olhares sobre as infâncias, reconhecendo-as em suas pluralidades, em suas potencialidades, em suas inventividades e percebendo o caráter criativo e provocador das próprias crianças.

Por fim, vimos que os conceitos de sociabilidade e de cultura infantil possuem uma grande potência para pensarmos a criança, sua infância e a EI, uma vez que acreditamos que é na infância que temos fortemente marcadas outras formas de sociabilidade e, por sermos cativos, na EI estamos num *locus* privilegiado para vivenciarmos essas formas e, principalmente, para produzirmos cultura.

**REFERÊNCIAS**

ARIÈS, Philippe. **A história Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ABRAMOWICZ, Anete (org.). **Estudos da Infância no Brasil:** encontros e memórias. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, v. 35, n. 1, p. 39-52, 2010.

ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 179-197, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

DURKHEIM, Émile **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987 (Texto originalmente publicado em 1895).

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). **Por uma cultura da infância:** metodologia de pesquisa com crianças. 3. Ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

FERNANDES, Florestan. As "Trocinhas" do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis. **Pró-Posições**, v.15, n. 1, 2004.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, 2002.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead **Educ. Soc. Soc.**, Campinas , v. 29, n. 102, p. 33 54, Apr . 2008 . Disponível em: http://www.scielo. scielo.php?script sci\_arttext&pid =S0101 73302008000100003&lng=en&nrm iso Acesso em: 20 Out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0101 73302008000100003.

MARCHI, Rita de Cássia. A Teoria Social Contemporânea e a Emergência da “Sociologia da Infância” na 2ª Modernidade: alguns aspectos teórico-políticos. **Zero-a-seis**, v. 7, n. 11, 2005, p. 1-23.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade, e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc.; Campinas**, v. 38, n. 141, p. 961-964, 2017.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. **Pro-Posições**, Campinas:

MÜLLER, Fernanda. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 553-573, 2006.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. A creche na Educação Infantil: entre o ofício e o direito. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 555-566, 2010.

PRADO, Patrícia Dias **Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da Educação Infantil**. Tese de doutorado, FE UNICAMP, 2006.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educ. Pesqui** .., São Paulo , v. 37, n. 4, p. 711 724, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo. scielo.php?script sci\_arttext&pid =S1517 97022011000400003&lng= en&nrm iso Acesso em 15 Out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1517 97022011000400003.

1. Pedagoga (Universidade Federal de São Carlos), Mestranda em Educação (Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP - Brasil. Contato: gyovanaalonso@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestrando em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP - Brasil. Contato: garudafly13@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Mestre e Doutora em Educação (Universidade Federal de São Carlos). Docente vinculada ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e ao Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSCar. São Carlos, SP - Brasil. Contato: deab.moruzzi@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)